



**SENADO FEDERAL**

Primeira Secretaria

## **PARECER Nº                   , DE 2015**

Da MESA DO SENADO FEDERAL,  
sobre o Requerimento nº 73, de 2015.

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

### **I – RELATÓRIO**

Trata o presente processo do Requerimento nº 73, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, no qual Sua Excelência, com o esteio do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, postula que o Senhor Ministro de Estado da Fazenda informe a respeito “da compra de anúncios do Banco do Brasil para serem veiculados pela Rede TV.”

### **II – ANÁLISE**

O Requerimento nº 73, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, cuida em postular que “o Senhor Ministro de Estado da Fazenda informe a respeito “da compra de anúncios do Banco do Brasil para serem veiculados pela Rede TV.”

Conclui o nobre Senador postulante afirmando que “o objetivo do requerimento é eliminar a contradição presente nas informações disponíveis.”



SF/15004.95631-97



## SENADO FEDERAL

Primeira Secretaria

Traz Sua Excelência, em fundamento ao seu pedido, matéria do jornal Folha de São Paulo que informa que “BB pagou comercial quando socialite tinha quadro em TV”, mostrando que o Banco do Brasil comprou anúncios na Rede TV quando o atual presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, comandava a instituição, para serem exibidos no horário em que a socialite Val Marchiori tinha um quadro no Programa Amaury Jr. A publicidade custou R\$ 350 ao ano e durou apenas enquanto Val Marchiori trabalhou no programa, entre 2010 e 2011.”

Complementa o ilustre Senador que “a relação da sra. Val Marchiori com o ex-presidente do Banco do Brasil já é alvo de investigações que envolvem a concessão de empréstimo em condições irregulares e uma ‘carona’ em voo para uma viagem oficial feita por Bendine para Buenos Aires em abril de 2010.”

O pleito enquadra-se na competência constitucional de fiscalizar do Senado Federal, além do que, encontra-se de acordo com a Lei de Transparência, que busca resguardar o interesse público.

### III – VOTO

Não há dúvida, portanto, que o Requerimento nº 73, de 2015 vem devidamente fundamentado e as razões que o motivam são de ordem constitucional e atendem diretamente o interesse público.

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 73, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Sala da Comissão,

, Presidente



SF/15004.95631-97



**SENADO FEDERAL**  
Primeira Secretaria

, Relator



SF/15004.95631-97